

Câmara de Jundiaí vota o orçamento de 2018 amanhã

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Os vereadores de Jundiaí votarão apenas um projeto na sessão ordinária da Câmara Municipal de amanhã: a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2018, do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB).

Elaborada pela Unidade de Gestão de Governo e Finanças (UGGF), a lei estima a receita e fixa os gastos previstos para os programas e ações do Executivo no ano que vem.

O orçamento previsto para 2018 é de R\$ 2.260 bilhões. Deste total, 47% serão destinados a cobrir gastos com a folha de pagamento e encargos sociais. O valor de R\$ 1.103 bilhão representa praticamente metade do total arrecadado. O percentual se manteve praticamente igual aos gastos com funcionalismo apresentados na LOA 2017, de 45,04%, e na de 2016, de 45,9%.

A lei foi discutida com a população em duas audiências públicas, realizadas na Câmara Municipal.



GESTOR DE FINANÇAS Parimoschi afirma que ajuste fiscal é necessário para que a cidade volte a ser financeiramente saudável

Na última, ocorrida em 22 de novembro, o gestor de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, afirmou que a quantia, apesar de enxuta demais para gerir todas as demandas da cidade, faz parte de um plano de responsabilidade fiscal assumido

pela atual gestão.

“Herdamos um enorme déficit da outra administração, que decidiu gastar mais do que arrecadava e deixou a dívida para o orçamento seguinte”, disse na época. “Pretendemos concluir o ajuste fiscal até o fim de 2018”, prometeu.

Investimento zero

Parimoschi afirmou também que a gestão Luiz Fernando Machado não possui recursos para investimentos na cidade. “Estamos socorrendo a saúde e a educação, além de pagar dívidas deixadas pela gestão anterior”, explica. O docu-

mento da lei mostra que estão reservados para investimentos pouco mais de R\$ 138 milhões, o equivalente a 5,6% do orçamento total.

O item que tem maior aplicação financeira é o Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT), que demanda R\$ 23 milhões do montante total. Parimoschi explicou que o programa irá tornar a arrecadação de impostos mais eficiente e mais transparente para o contribuinte.

Emendas

Foram propostas duas emendas à LOA 2018, porém ambas foram recusadas pela Comissão Mista, composta pela Comissão de Justiça e Redação e a Comissão de Finanças e Orçamento. A ementa do vereador Cristiano Lopes (PSD), pedia a transferência de R\$ 500 mil para atender manutenção e conservação dos complexos educacionais, culturais e esportivos, enquanto a ementa do vereador Wagner Ligabó (PPS) pedia a transferência de R\$ 200 mil para aquisição de equipamentos e material permanente às unidades de atenção básica.